

REVISÃO DO PMSB

A superação das desigualdades sociais, no acesso aos serviços públicos de saneamento básico, é questão primordial para alavancar a área e cumprir seu objetivo de universalização no atendimento à população, conforme estabelecido nas diretrizes nacionais e Política Federal de Saneamento Básico – Lei n.º 11.445/2007, no Marco Legal do Saneamento Básico – Lei n.º 14.026/2020 e na Política Nacional de Resíduos Sólidos 12.305/2010 – Lei n.º 14.026/2020, .

A revisão será composta por revisão do diagnóstico, prognóstico e planejamento para os próximos 20 anos, além de mecanismos de monitoramento e avaliação do plano.

O Comitê Executivo e Comitê de Planejamento, bem como o Grupo de Trabalho Interno, fazem parte do acompanhamento da Revisão do PMSB de Balneário Camboriú, com suas respectivas atribuições, garantindo o efetivo funcionamento de todos esse processo.

Acompanhe o processo de revisão do PMSB



O Plano Municipal de Saneamento Básico de Balneário Camboriú é uma contribuição para melhorar a saúde e o meio ambiente de nossa cidade!

Comitê Executivo

- O Comitê Executivo é responsável pela organização da Estratégia Participativa;

Comitê de Planejamento

- O Comitê de Coordenação é a instância consultiva e deliberativa, formado por representantes da sociedade civil organizada e do poder público.

Grupo de Trabalho Interno

- A EMASA compõe um Grupo de Trabalho Interno, acompanhando e discutindo o andamento da prestação dos serviços

REALIZAÇÃO



Rua Dinamarca, n.º 320
CEP: 88338-900
Balneário Camboriú - SC



Quarta Avenida, n.º 250
CEP: 88330-104
Balneário Camboriú - SC

EMPRESA CONTRATADA



E-mail: contato@evoluambiental.com.br
47-99231-5400



PMSB

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Balneário Camboriú

FOLDER EDUCATIVO



Compreendendo o PMSB

O Saneamento Básico é o conjunto dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

As ações de saneamento são consideradas preventivas para a saúde pública, quando garantem a qualidade da água de abastecimento, a coleta, o tratamento e a disposição adequada de dejetos humanos e resíduos sólidos.

Elas também são necessárias para prevenção da poluição dos recursos hídricos e a ocorrência de enchentes e inundações. Considerando o crescimento de Balneário Camboriú, a **revisão** do PMSB é extremamente importante para que o saneamento básico resulte nos benefícios de desenvolvimento social, cultural e econômico para a população do município e seus visitantes. Desse modo, as políticas de saneamento devem ser amplamente compreendidas e articuladas com outras políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitacional, recursos hídricos, proteção ambiental, saúde, entre outras.

Por isso, o PMSB contém 4 pilares principais!



1

- 1 Abastecimento de Água Potável
- 2 Esgotamento Sanitário
- 3 Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
- 4 Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas



POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO

A **Lei Federal de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007)** estabelece os princípios para a Política de Saneamento Básico, que deve ser norteadas pela universalização do acesso aos quatro pilares com integralidade e de forma adequada à saúde pública, à proteção do meio ambiente e às condições locais. Por isso, a Política de Saneamento Básico de Balneário Camboriú, dada pela **Lei Municipal n.º 3.603/2013** deve ser revisada em conjunto com o seu instrumento (o PMSB).

Isso envolve como os serviços serão regulados e fiscalizados, como os direitos e deveres dos usuários devem ser fixados e como a sociedade exercerá seu direito ao controle social. Também, indica-se a adoção indicadores para garantia essencial do atendimento à saúde pública.

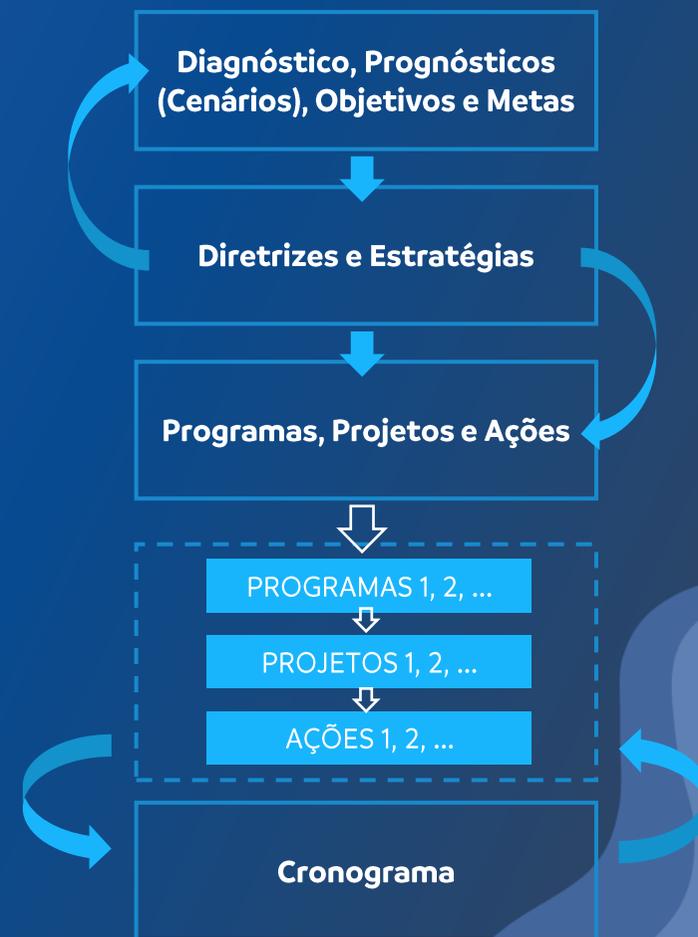
O planejamento é um dos instrumentos mais importantes da política e é onde detalha as prioridades de investimentos, objetivos e metas de forma a orientar a atuação dos envolvidos.

2

ETAPAS DO PLANEJAMENTO

A Revisão do PMSB de Balneário Camboriú segue a estrutura do fluxograma abaixo (Fig. 1), contando com a mobilização da população em geral e partes interessadas e incentivando-as a participar de todos os processos da revisão, sendo garantido o **controle social** efetivo em todas as etapas.

Fig. 1. Estrutura com as etapas do planejamento.



Fonte: Ministério das Cidades, 2015.

3